

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

O rasgo inicial: a origem radical da filosofia na Grécia antiga

Vinícius Carvalho da Silva, Pedro Henrique Cristaldo da Silva, Jhonatan Gabriel Santana

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13925>

Submetido em: 2025-10-29

Postado em: 2025-12-23 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Andre Koutchin (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5712-3488>)



O rasgo inicial: a origem radical da filosofia na Grécia antiga

The initial tear: the radical origin of philosophy in ancient Greece

Vinícius Carvalho da Silva

 <https://orcid.org/0000-0002-1061-2727>

Pedro Cristaldo – UFMS

 <https://orcid.org/0000-0003-2647-7096>

Gabriel Santana – UFMS

 <https://orcid.org/0009-0003-7170-6860>

Resumo: O presente artigo pretende investigar a singularidade da origem da Filosofia entre os gregos, argumentando que seu surgimento se deu na Jônia, no século VI a.C., e é um fenômeno único, resultante de fatores históricos, culturais e intelectuais específicos. Buscamos refutar as tentativas revisionistas de atribuir a origem da Filosofia a tradições orientais, defendendo que, embora os gregos tenham absorvido influências externas, a Filosofia propriamente dita é uma criação original sua. Portanto, destacamos o papel do alfabeto fonético grego, da poesia e da cultura da *polis* na formação de um pensamento racional, dialético e naturalista, diferenciando a Filosofia do pensamento mítico-religioso-imperialista dos demais povos antigos. Tentamos enfatizar que a Filosofia grega nasce em um contexto de liberdade intelectual e de ausência de um poder teocrático centralizado, permitindo o desenvolvimento do debate e da crítica. Além disso, a relação entre Filosofia e Matemática é explorada, demonstrando como os gregos elevaram o pensamento matemático a um nível teórico e especulativo, diferente do que havia sido feito até então. O artigo conclui argumentando pela necessidade de um retorno ao espírito original da Filosofia, ressaltando sua vocação para a busca da verdade e para a compreensão do mundo como um todo.

Palavras-chave: Filosofia grega, Jônia, origem da Filosofia, pensamento racional, crítica filosófica, naturalismo, cosmologia, *logos*, *arché*, cultura grega.

Abstract: This article aims to investigate the uniqueness of the origin of Philosophy among the Greeks, arguing that its emergence occurred in Ionia in the 6th century BCE and constitutes a singular phenomenon, resulting from specific historical, cultural, and intellectual factors. We seek to refute revisionist attempts to attribute the origin of Philosophy to Eastern traditions, maintaining that although the Greeks absorbed external influences, Philosophy as such is their original creation. Thus, we highlight the role of the Greek phonetic alphabet, poetry, and the culture of the *polis* in shaping a rational, dialectical, and naturalistic thought, distinguishing Philosophy from the mythic-religious-imperialist thinking of other ancient peoples. We emphasize that Greek Philosophy arose in a context of intellectual freedom and the absence of centralized theocratic power, allowing for the development of debate and critique. Furthermore, the relationship between Philosophy and Mathematics is explored, demonstrating how the Greeks elevated mathematical thought to a theoretical and speculative level, unlike anything seen before. The article concludes by arguing for a return to the original spirit of Philosophy, underscoring its vocation for the pursuit of truth and the understanding of the world as a whole.

Keywords: Greek Philosophy, Ionia, origin of Philosophy, rational thought, philosophical critique, naturalism, cosmology, *logos*, *arché*, Greek culture.

Introdução

*As árvores serviam de alfabeto para os Gregos.
(...)
Notei que descobrir novos lados de uma
palavra era o mesmo que descobrir novos lados
do Ser.
Manoel de Barros¹*

A origem da Filosofia é um tema que, embora amplamente revisitado, continua a suscitar debates e revisões historiográficas. No entanto, afirmar que a Filosofia surgiu na Grécia e, sobretudo, na Jônia, no século VI a.C., não é questão aberta à controvérsia, é um fato histórico. O que pretendemos enfatizar nessa ocasião é que as condições arcaicas em que a Filosofia tem origem são muito peculiares. A tal ponto que é um absurdo pensar que a Filosofia, por surgir na Grécia, é um acontecimento “europeu”, “ocidental”, de um povo “branco”. Todas essas características anacrônicas não se aplicam às condições primitivas da aurora filosófica. Se é um fato que os povos gregos, no plural, compartilhavam um idioma e uma herança mítica, sobretudo homérica, é igualmente verdade que “A Grécia não existiria nem como entidade política nem como conceito ainda por um longo período de tempo” (McKirahan. 2013, p. 58). O mais correto, portanto, é dizer que a Filosofia surgiu não “Na Grécia”, mas entre os gregos, pressupondo a diversidade e a desunidade dos povos gregos, e ressaltando que os jônios viviam na Ásia Menor.

A Filosofia, como ruptura conceitual com os saberes mítico-religiosos, é um fenômeno grego, fruto de um conjunto singular de condições históricas, culturais e intelectuais que se consolidaram naquele tempo e espaço. Conforme Vernant, o fato é indissociável do contexto político e sociológico peculiar do mundo grego, isto é, do surgimento, entre os gregos, de uma nova forma de organização social:

Advento da Polis, nascimento da filosofia: entre as duas ordens de fenômenos os vínculos são demasiado estreitos para que o pensamento racional não apareça, em suas origens, solidário das estruturas sociais e mentais próprias da cidade grega (Vernant. 2024, p. 141).

Este artigo busca refutar as tentativas de teses revisionistas que pretendem deslocar a gênese da Filosofia para o Oriente, reivindicando para egípcios, babilônios ou

¹ Barros, Manoel de. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010.

indianos um pensamento filosófico que, na verdade, nunca possuíram. Embora os gregos tenham absorvido influências de outras culturas, a Filosofia, enquanto investigação racional da totalidade do real, é sua criação original. Nesse sentido, é fundamental compreender o papel do alfabeto fonético grego, da cultura da *polis* e da tradição poética na constituição da atitude filosófica, marcada pelo racionalismo, pela dialética e pelo espírito crítico.

Ao longo do texto, analisaremos os fatores que permitiram a emergência do pensamento filosófico na Jônia, diferenciando-o dos saberes tradicionais de outros povos. Destacaremos a relação entre Filosofia e Matemática, demonstrando como os gregos transformaram os conhecimentos práticos e utilitários em ciência especulativa e contemplativa. Por fim, defenderemos a necessidade de um retorno ao espírito original da Filosofia, resgatando seu compromisso com a busca da verdade e com a compreensão do mundo em sua totalidade.

1. Os gregos e a radicalidade do rasgo inicial da filosofia

*É esplendida a história inicial da filosofia grega,
em especial a que vai de Tales a Platão.
É quase bela demais para ser verdade.*
Karl Popper²

A questão da origem da Filosofia tem duas faces desiguais, ao menos. A primeira é uma questão frívola, pueril, sobre a qual não há qualquer tipo de debate filosófico sério e fecundo. Trata-se da questão meramente histórico-geográfica “Onde e Quando a Filosofia teve origem?”. A pergunta, por si mesma, é importante e legítima. A trivialidade da questão se deve ao fato de que já não cabem dúvidas quanto à resposta: A Jônia, na Grécia Antiga, do século VI a.C.³

² Popper. 2014, p. 19.

³ Ao longo de muito tempo essa questão foi objeto de intensas controvérsias. Na seção *Ex Oriente lux?* do capítulo *Tales: Pai da Filosofia?* de “Os Inícios da Filosofia na Grécia Antiga” de Michela Sassi, podemos ter um vislumbre desse debate que atravessou o século XIX e parte do XX. De um lado, por exemplo, Conford “que quer desvalorizar o eventual caráter de novidade das cosmologias dos jônios” (Conford. 2025, p. 25) supervalorizando a influência dos orientais sobre os gregos, e de outro lado, Vernant que “se dedica aos elementos de descontinuidade que caracterizam o pensamento grego e suas origens”, ressaltando sua originalidade (Idem. p. 50). O que pretendemos argumentar nessa ocasião não é que o “debate” em si não exista, mas que existe muito mais em nome de razões que não são, a rigor, epistêmicas, isto é, estritamente filosóficas, epistemológicas e historiográficas.

As tentativas contemporâneas de refundar a História da Filosofia, deslocando sua formação e origem para a África⁴, de um modo geral para o Egito, são formas de revisionismo histórico de cunho ideológico. O que podemos chamar de “Triplo R”: Recolonialismo Social, Revisionismo Histórico e Relativismo Epistemológico. Ao contrário de ser “decolonial”, o africanismo cai na armadilha de valorizar a sabedoria egípcia não por si mesma e em seus próprios termos, mas a partir da ideia grega de filosofia. Como se um sistema de pensamento não fosse importante em sua própria originalidade, só sendo valorizado a partir do momento em que fosse reconhecido como “Filosofia”.

Antes de ser uma postura subversiva e emancipadora, nosso argumento é que esse passo é tacitamente subserviente, pois continua a se utilizar de categorias da racionalidade dita ocidental para legitimar a sabedoria elaborada por outros povos. Uma postura antropológica muito mais respeitosa e enriquecedora seria a de buscar autenticamente compreender a peculiaridade de cada tradição, sua singularidade, o que a torna única. O Revisionismo Histórico decorre do fato de que as condições históricas, culturais, sociológicas, políticas e até mesmo econômicas, que devem ser levadas em conta quando queremos compreender em que contexto a filosofia jônia nasceu na Ásia Menor do século VI. a.C devem ser absolutamente ignoradas e substituídas por uma nova história cultural, política e social, que deve ser elaborada, para justificar que havia no Egito, determinadas condições materiais e espirituais necessárias para o exercício do pensamento crítico, livre, especulativo, minoritário e independente de qualquer autoridade política e religiosa – que é o pensamento filosófico originário.

Relativismo Epistemológico fica patente quando se ignora que o termo *φιλοσοφία* não é “apenas uma palavra”, mas um conjunto de práticas, que pressupõe um estilo peculiar de pensamento, uma forma de pensar o mundo e elaborar problemas, o que não ocorre em um mundo virtual e atemporal, pressupondo um clima cultural. Esvaziar as palavras dos contextos históricos e sociais em que são criadas e utilizadas é uma forma de apagamento histórico, geográfico, cultural, em que se retém o símbolo, puramente formal, como se pertencesse a uma linguagem neutra artificial, descartando-se o conteúdo simbolizado.

⁴ A tese orientalista contemporânea, um “*revival*” do orientalismo de séculos atrás, é conhecida e defendida por uma perspectiva chamada de “afrocentrismo”. “O Afrocentrismo, principalmente na versão elaborada por Asante, propõe a revisão radical e a superação do paradigma eurocêntrico. O alicerce desta proposta é a ideia de que o pensamento filosófico e científico surgiu em África, nomeadamente na civilização egípcia, considerada “negra”, de acordo com a lição de Anta Diop” (Bussotti; Nhaueleque, 2018, p. 1).

Esse debate pontual, específico, acerca da origem da Filosofia deveria estar encerrado, porque o consenso construído ao longo de séculos de que a Filosofia é uma radical novidade que é fruto do espírito grego, que ela vem a ser em condições espirituais, culturais, intelectuais e mesmo históricas e sociais que foram reunidas em Mileto no século VI a.C, não é um consenso frágil, mas bastante robusto.

Conforme Reale (2012, p. 12-13), desde a segunda metade do século XIX os argumentos contra os orientalistas – defensores da tese de que a Filosofia surgira no Oriente – são considerados “objetivamente incontestáveis”. Já na Antiguidade, o orientalismo teria sido defendido principalmente por sacerdotes egípcios e hebreus, tendo se disseminado a partir de afirmações que “não possuem qualquer base histórica”. Na mesma linha, Chauí (2010, p. 41-42) pontua que a “ideia de uma filiação oriental da filosofia foi muito defendida oito séculos depois de seu nascimento” por meio de pensadores judaicos e cristãos, como “Filo de Alexandria (...), [e] os primeiros Padres da Igreja, como Eusébio de Cesareia e Clemente de Alexandria”. A tese oposta ao orientalismo seria a do “milagre grego”⁵, que de algum modo negaria qualquer influência oriental e pensaria a origem da Filosofia como uma criação *ex nihilo* dos gregos. Para Chauí a origem da Filosofia não é “nem oriental, nem milagre”, o que estaria bem assentado na historiografia contemporânea: “Desde o final do século XIX da nossa era e durante o século XX, estudos históricos, arqueológicos, linguísticos, literários e artísticos corrigiram os exageros das duas teses”. A Filosofia é uma criação própria, típica, original, dos gregos, mas o pensamento grego que engendrou a Filosofia soube beneficiar-se de elementos da sabedoria oriental, sobretudo egípcia, persa, caldeia, fenícia e babilônica⁶. Essa posição moderada, que evita tanto o “orientalismo” quanto o “milagre grego” é bem exposta por Richard D. McKirahan em *A Filosofia antes de Sócrates*:

Diz-se que alguns dos primeiros filósofos gregos aprenderam com os sábios do Oriente – evidência de que os gregos do período eram abertos

⁵ Segundo Jean-Pierre Vernant, historiador francês da Grécia Antiga: “Tal é o sentido do ‘milagre’ grego: pela filosofia dos jônios, reconhece-se a Razão intemporal encarnada no tempo. O aparecimento do logos introduziria, portanto, na história uma descontinuidade radical. Viajante sem bagagem, a filosofia viria ao mundo sem passado, sem pais, sem família; seria um começo absoluto.” (Vernant, 1990, p. 442)

⁶ Nesse sentido é particularmente interessante a posição de Walter Burkert: “Minha tese sobre a dívida da civilização grega em relação a estímulos orientais pode parecer menos provocadora hoje do que há oito anos. Essa mudança pode ser em parte um efeito da publicação original, mas reflete principalmente o fato de que os estudos clássicos vêm perdendo cada vez mais seu status de modelo solitário no mundo moderno. Ainda assim, parece valer a pena ajudar a preencher as lacunas entre campos de estudo relacionados e disponibilizar materiais muitas vezes negligenciados por uns ou outros. Esse exercício pode transmitir a emoção de descobertas inesperadas, mesmo quando exige uma boa dose de anotações.” (Burkert, 1992, p. 9)

a ideias de estrangeiros, embora nunca as tenham simplesmente copiado, mas sim adaptado elementos estrangeiros e os tornado seus (McKirahan, 2013, p. 59).

Tão falso quanto afirmar que a Filosofia surgiu no Egito ou na Pérsia, por exemplo, é negar as influências egípcias e (possivelmente) persas etc., sobre os gregos. De acordo com Bergson, a tentativa de derivação da Filosofia Grega de sabedorias orientais, proposta por Gladisch e Roth levantaram sérias discussões a respeito. Mas foram superadas. Bergson reconhece que “a filosofia grega aproxima-se de certas doutrinas do Oriente, pois a raça helênica é uma raça indo-europeia”. No entanto, segue o filósofo francês, “engana-se quem pretende que tal ou qual doutrina particular do Oriente foi copiada ou imitada por um filósofo grego que passa por original” (Bergson, 2005, p. 189). O que veremos ao longo desse texto é que nem a Filosofia surgiu fora da Grécia, nem tampouco seus inventores gregos estavam “copiando” ou reproduzindo formas orientais de pensamento.

Pensa-se que estamos sendo “decoloniais” ao negarmos a origem grega da Filosofia e apontarmos sua origem, por exemplo, no Antigo Egito. Ora, não percebe-se a dupla armadilha: Os gregos viviam em um mundo político fragmentado, com poder pulverizado, e não em um império. A Filosofia grega, por ser pré-alexandrina, é também pré-imperial, pré-europeia⁷. Os jônios não eram “brancos europeus imperialistas e colonialistas”, eram nativos da Jônia, na Ásia Menor, uma região cosmopolita, de intercâmbio cultural e comércio de mercadorias e ideias, que certamente se beneficiou desse contato plural entre a sabedoria, a técnica, a arte, o engenho, de diversos povos gregos e não gregos, do oriente e da “África”. É fundamental também lembrar que nesse contexto, assim como não havia “Europa” tal como a compreendemos nos últimos séculos, não há, a rigor, a noção de “África” tal como a compreendemos hoje⁸.

⁷ Aqui não se trata de saber se os gregos surgiram de povos indo-europeus, mas de frisar que nosso conceito moderno e contemporâneo de “Europa” e “povo europeu” não se aplicam àquele contexto histórico e cultural. Naquele momento não havia “Europa” nem como mundo simbólico, cultural, nem como realidade social e política. Os gregos da Jônia, na Ásia Menor, atual Turquia, pelos mesmos motivos, também não poderiam ser “brancos”. Até mesmo nossa ideia atual de “Ocidente” não pode ser utilizada nesse caso. Seria, de nossa parte, um anacronismo evidente.

⁸ Em *A Ideia de África* (2022), V.Y. Mudimbe destaca que a noção de África é bastante recente e particular, sendo desconhecida na Antiguidade. Na história e na geografia antigas, o continente hoje chamado de africano era, por volta de I. d.C, dividido entre Líbia, Egito e Etiópia. Este último território (Aethiopia), aliás, conforme Heródoto, era o país “além do Egito, no fim do mundo” (Mudimbe, 2003, p. 66). De acordo com Mudimbe, a filosofia africana “num sentido estrito refere-se a contribuições de africanos que praticam a filosofia no quadro definido da disciplina e sua tradição histórica”, ou seja, o quadro referencial da tradição crítica e investigativa que tem origem dentre os gregos. Desta maneira, destaca Mudimbe, “poderíamos estender a noção de filosofia aos sistemas de pensamento tradicionais africanos apenas metaforicamente”. Por isso, sempre que Mudimbe, filósofo congolês, se refere aos saberes ancestrais e

Ao buscarmos compreender os jônios não em nossos termos, mas nos seus, nos termos de sua época, localidade e cultura, é impossível continuar cultivando a fábula de que os gregos fundadores da Filosofia, eram imperialistas. Não havia, no mundo grego do século VI, que compreendia do Oeste da atual Europa ao Leste da Ásia Menor, um poder político ou clerical central, que unificasse as Cidades-Estado em um Império ou coisa parecida. O mesmo não podemos dizer do Egito faraônico, parte do que hoje chamamos de “África”, um poderoso Império, com poder político e clerical reunidos no mesmo soberano divinizado, cuja palavra sagrada não admitia crítica. O Egito tornou-se um reino unificado há cerca de três mil anos a.C., quando Menés fundou a primeira dinastia.

Por volta de 1500 a.C. o Egito havia se consolidado como potência militar expansionista e escravocrata. Por conta do poder político, e sobretudo, divino, do Faraó, não havia pensadores livres, dissonantes, em tal cenário. Só uma casta de “sábios”, mágicos, curandeiros, sacerdotes, a serviço do poder central. Evidentemente, para erguer vultosas colunas, enormes sarcófagos, muralhas descomunais, tempos incríveis e pirâmides imensas, era necessário, além do trabalho escravo e da implacável opressão de outros povos, muita técnica, matemática e arquitetura. Obviamente havia uma “Sabedoria Egípcia” que reunia conhecimentos utilitários, mitos religiosos, fabulações místicas e criações artísticas e arquitetônicas etc⁹. Dizer que esse conjunto de saberes religiosos, místicos, mágicos, técnicos e utilitários, é algo próximo do que entendemos por Filosofia, só é possível se adotamos uma concepção muito larga e pouco rigorosa do que devemos entender por Filosofia – uma definição tão plástica e esgarçada, que poderá suportar quase tudo. Querer acusar de colonialista e imperialista a origem grega da Filosofia, deslocando seu nascimento para o Egito, o centro de um poder faraônico opressivo e escravocrata, é um erro crasso¹⁰.

loais africanos, ele não utiliza o termo Filosofia. Opta por outro termo grego, que também não é “*Episteme*”. Mudimbe fala em “gnose africana” (Mudimbe, 2019, p. 11)

⁹ Esse vasto, e muitas vezes profundo “corpo de conhecimentos” dos egípcios antecedeu, em vários casos, os gregos. Para Joseph Rykwert, os gregos conheciam a arquitetura egípcia e podemos notar “a influência egípcia na arte grega”, nas esculturas, no tratamento plástico dos corpos, na construção e no estilo das colunas e demais elementos arquitetônicos, na técnica de construção com blocos de pedra etc. (Rykwert, 2015, p. 176).

¹⁰ Para Bussotti e Nhauelque, o afrocentrismo, disfarçado de pesquisa histórica, está à serviço de um forte programa ideológico: “Afrocentristas *ante-litteram*, quais podem ser considerados Anta Diop e Obenga, ao tentarem desconstruir o paradigma dominante, começaram a propor uma escrita da história de um continente, como diria Hegel, “sem história”, filosoficamente fundamentada e sistemática, mediante uma metodologia hipotético-dedutiva. Os acontecimentos históricos são assim lidos para comprovar o aparato ideológico-conceitual elaborado a montante” (Bussotti; Nhauelque, 2018, p. 3)

Dizia que a questão da origem da Filosofia tem duas faces desiguais. A primeira, é a da localização de sua origem no tempo e no espaço. Não é preciso reescrever a resposta. A Filosofia é um fruto do estilo grego, da atitude grega, da resposta grega diante de um conjunto de problemas. Quanto a isso, as fontes são muitas, como Vernant, Jaeger, Reale, Hadot, Monoldo, Laks, McKirahan, Sassi; e antes deles, Hegel, Nietzsche, Heidegger¹¹. É a outra face da moeda que nos interessa: Por que os gregos? Ou, dizendo de outro modo, o que houve entre os gregos; que novidade, que espírito do tempo; que clima cultural, que atitude, que disposição do espírito, que há de peculiar, de característico, de “próprio”, que torna tão especial, radical e “novo” o que eles fizeram do século V em diante, e, sobretudo, com Sócrates, Platão e Aristóteles em diante? É a respeito disso, sobre o que há de propriamente peculiar e característico, sobre o “rasgo inicial”, o acontecimento “novo e radical” dos gregos, que nos ocuparemos nas próximas seções. Antes, porém, vejamos em que mundo linguístico a Filosofia teve origem.

2. O mundo linguístico e literário em que a primeira Filosofia (*Peri Physeos*) foi engendrada

*Só a ele é dado entendimento;
os demais são sombras que se agitam.*
Homero¹²

Conforme André Malta em *Homero Múltiplo*, a literatura grega, que surgiu por volta dos séculos VIII e IV a.C., a se destacar os trabalhos, de Hesíodo e Homero, “parece apontar para uma transformação importante do universo mental grego” (Malta, 2012, p. 24)¹³. Assim, quando na Ásia Menor, o alvorecer do pensamento filosófico, o “rasgo inicial” da filosofia grega, começar a despontar, não será *ex nihilo*. A Filosofia não é um clarão abrupto que surge do nada, por combustão espontânea ou verdade revelada. É o resultado de um complexo processo histórico. Entender o contexto jônio, a quantidade de múltiplos fatores imbricados, sem os quais sua emergência dificilmente teria se dado – como de fato veio a ser *ali*, e somente *ali* – é de capital importância. A Filosofia surge em um mundo mental grego cuja transformação em curso já se expressava por meio da

¹¹ Para Heidegger, “[...] a ‘filosofia’ é grega em sua essência - e grego aqui significa: a filosofia é nas origens de sua essência de tal natureza que ela primeiro se apoderou do mundo grego e só dele, usando-o para se desenvolver.” (Heidegger, 1999, p. 29).

¹² Odisseia X. 495. Verso, que se refere a Tirésias, cujo entendimento foi conservado no Hades, por Perséfone. Citado por Platão em *A República*, Livro III, 386d.

¹³ Malta, André. *Homero Múltiplo: Ensaio sobre a épica Grega*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

poesia. E é lá que que ela terá lugar, onde a poesia é mais forte e desenvolvida, e, portanto, onde essa “transformação do mundo mental grego” é mais expressa:

A Jônia, no princípio mais culta e mais desenvolvida do que a Grécia europeia, forneceu as primeiras obras literárias e por muito tempo se manteve como centro da poesia e do pensamento (Schüler, 2018, p. 33)¹⁴.

Não pode ser mera coincidência que a Filosofia tenha a sua origem justamente na Jônia, que Schüler bem nos lembra, é o “centro da poesia” grega. O desenvolvimento da poesia foi de fundamental importância em sentido cognitivo e cultural. Preparou o caminho por meio do cultivo da linguagem simbólica e alegórica, do pensamento abstrato, da criação imagética, da produção intelectual, do amor pela palavra, seja cantada, falada na *Ágora*, ou registrada sob a forma escrita. O que a partir de Pitágoras se chamou de *Φιλοσοφία* é um tipo de exercício espiritual que nasce em resposta e em diálogo com a poesia grega.

Filosofia, portanto, no contexto de sua origem, não é um termo vago para designar qualquer tipo de reflexão ou sabedoria, é um termo específico, delimitado, que aponta para uma tradição crítica iniciada pelos jônios, cujo horizonte intelectual é a poesia, o mito, *μυθος*. Alguma outra tradição intelectual da Antiguidade fundou suas bases em resposta e em diálogo com Homero e Hesíodo? Ora, o problema é *non sense*. Sequer é razoável. Se os filósofos naturais da modernidade fundamentam a chamada ciência moderna em resposta e em diálogo com a escolástica aristotélica, os *Physikós* jônios fazem o mesmo com a tradição da poesia arcaica. A Filosofia só pode ser grega, porque nasce sobreposta, imbricada e em alguma medida influenciada e contraposta, pela poesia grega arcaica.

Evidentemente o desenvolvimento da poesia, apesar de todo seu apelo e disseminação oral, por seu turno, só foi possível por que os gregos dispunham de um alfabeto¹⁵. Ora, esse dado, aparentemente trivial deve ser exposto e explicado, porque não estamos a falar senão de uma das maiores revoluções culturais da história da humanidade – o nascimento, a origem, do alfabeto fonético, com consoantes e vogais, voltado não somente para o uso prático utilitário, mas capaz, igualmente, de expressar ideias abstratas

¹⁴ Schüler, Donaldo. *Literatura Grega: Irradiações*. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

¹⁵ Outras nações possuíam alfabetos próprios, mas não desenvolveram um alfabeto fonético.

de elevada beleza e sensibilidade. Ao contrário de outros alfabetos antigos, o grego era fonético, dispunha de vogais, permitindo a fácil compreensão e circulação de escritos:

A tese de que a adoção da escrita no mundo grego tenha sido fator determinante para o nascimento do pensamento crítico foi sustentada anos atrás em um estudo, merecidamente célebre, de Jack Goody e Ian Watt. Os dois antropólogos partiram da constatação de que nas sociedades privadas de escrita a organização da tradição cultural tem caráter “homeostático”: o funcionamento da memória oral é tal que os elementos socialmente relevantes são progressivamente depositados, removendo o restante, em um processo de reatualização constante do patrimônio do saber coletivo, que produz uma impressão (mas é, note-se bem, apenas uma impressão) de imutabilidade (Sassi, 2025, p. 132).

Antes dos gregos, a cultura literária e a sabedoria em suas múltiplas formas é ou complicadamente simbólica – como entre os egípcios, em que um arrojadíssimo sistema de hieróglifos tornava a escrita e a leitura um monopólio dos escribas, praticamente inacessível para a população – ou simplesmente oral: “Toda a literatura da Mesopotâmia, até mesmo a literatura escrita, era pública e oral. A escrita ainda era um meio para um fim, a apresentação pública”. Ainda não havia o que Fischer denominará em sua *História da Escrita* de “o confronto solitário com a palavra” (Fischer, 2006, p. 17).

O mundo em que a Filosofia surgirá é o “centro da poesia”, como afirma Schüler, porque nele fora criado uma tecnologia da palavra que permitiu a propagação da capacidade de ler e escrever entre os gregos do século VI a.C., “quando a escrita passou a ser usada de forma generalizada na vida pública e semipública” (Fischer, 2006, p. 46). O novo alfabeto, que os gregos aperfeiçoaram, tomando como base o alfabeto fenício, foi o elemento chave para a disseminação da escrita na Grécia do século VI a.C.

A partir do século XII a.C., com a queda da civilização palaciana micênica, a escrita sofreu um longo eclipse até que um novo sistema foi introduzido na Grécia, por volta de meados do século VIII a.C. (...) Esse sistema era derivado de um silabário semítico já muito simples, adaptado com o acréscimo de alguns signos para as vogais. Nascia assim o alfabeto, no qual cada signo corresponde a um fonema. Graças a essa ‘revolução’ a escrita se tornou disponível para classes econômicas diversas e, não sendo mais prerrogativa exclusiva de categorias profissionais especializadas, conheceu célebre difusão. (Sassi, 2025, p. 132).

A data precisa da emergência do novo alfabeto – mas não sua capital importância para o desenvolvimento do pensamento abstrato escrito – pode ser objeto de relativo debate entre especialistas. Frederico Lourenço, em sua apresentação à tradução da Odisseia ressalta que:

É em meados do século VIII a.C. que se impõe na Grécia, a utilização da escrita alfabética, adaptada dos Fenícios. (Sublinhe-se que o alfabeto grego permitiu registrar a língua grega com espantosa precisão, devido ao fato de ter sinais para todas as consoantes e todas as vogais – ao contrário do que ocorria, na mesma época, com a escrita do hebraico, por exemplo). Ora é já no período em que os Gregos dispunham dessa escrita perfeita que deverá ser situada, entre os inícios e meados do século VII a.C., a composição da *Iliada*.

É a utilização desse alfabeto que permitiu “registrar a língua grega com espantosa precisão” que o “conceito”, a criação conceitual, pode se constituir como elemento chave da Filosofia enquanto *theoria*. O “rigor do conceito” cria o *cosmos*, ordenando-o por meio de palavras como *arché*, *physis*, *logos*, que ao serem apresentadas pelos *physikós* já não são meras palavras do vocabulário cotidiano comum, mas passam a constituir um léxico filosófico peculiar, que guarda e desvela múltiplos sentidos que transcendem o uso ordinário da palavra. Já entre os poetas, entre Homero e Hesíodo, a sofisticação do alfabeto grego permite a criação de *teogonias* e *cosmogonias* não mais somente passadas de geração em geração via oral, mas registradas em poemas épicos de elevada complexidade literária.

De acordo com Rovelli “o alfabeto consonantal fenício”, provavelmente desenvolvido para finalidades utilitárias de um “povo de comerciantes” é muito limitado, pois “simplifica drasticamente a escrita” (Rovelli, 2013, p. 94). Já o novo alfabeto elaborado pelos gregos era capaz de registrar por escrito uma quantidade muito maior de variações frasais, expressando ideias abstratas e conceitos sutis. Para Sassi, essa “nova tecnologia da escrita”, conforme os estudos de Goody e Watt, “foi determinante para os caracteres da cultura grega desde o início”. A escrita permite a elaborada “construção do pensamento” gerando textos “que podem ser objeto de calma meditação”. A escrita, portanto, é “favorável à elaboração do pensamento abstrato” e expõe as ideias “à crítica” (Sassi, 2025, p. 133). Outras civilizações possuíam alfabetos, mas não alfabetos fonéticos vocálicos, possuíam escrita, mas não “escritores” e leitores na proporção dos jônios, pois enquanto no Egito, na Pérsia, na Mesopotâmia, a escrita era monopólio de uma classe privilegiada, na Grécia tornou-se acessível ao cidadão da *polis*.

Uma característica dos gregos, sobretudo jônios, é a absorção de elementos culturais externos e a criação, a partir de tal matéria prima, de novas concepções e

tecnologias. A matemática e a astronomia utilitárias egípcias, por exemplo, se tornaram “Filosofia” na Grécia, ou, nas palavras de Platão em *A República*, 529a, a ciência que nos “conduz das coisas terrenas às coisas celestes”, e a aritmética e a geometria, respectivamente em 522c e 527b serão pensadas como ciências que devem ser cultivadas “tendo em vista o saber”, e que podem nos levar a contemplar o ser das coisas. Assim, nos diz Platão em 525d, a “ciência de calcular” é “bela e útil”, e deve ser cultivada por filosofia, isto é, por “amor do saber”, e “não para a traficância” (Platão, 2017, p. 328-339). O uso utilitário da matemática é necessário – sem ele não há comércio, arquitetura, agrimensura, indústria de qualquer tipo – mas é vulgar. É a dimensão “desinteressada”, movida pelo amor ao saber, pelo desejo de contemplação do ser, pela pura abstração, que faz da matemática um exercício espiritual fundamental para a forma de vida do filósofo. Ora, o filósofo quer uma ciência capaz de “arrastar” sua alma “do que é mutável para o que é essencial” (521d), ele deseja uma ciência que o possa “conduzir à verdade” para “atingir a essência” (525b). O óbvio deve ser dito: é preciso um alfabeto para que tal filosofia da matemática seja escrita! E tal alfabeto não pode ser de qualquer tipo. Deve tornar possível a expressão de ideias muito abstratas e sutis. Esse alfabeto grego, foi sendo desenvolvido desde o século VI a.C., e à época de Platão, estava maduro, como nos lembra Fischer:

Foi durante a vida do filósofo Platão (c. 427-347 a.C.) – discípulo de Sócrates (c. 470-399 a.C.) e mestre de Aristóteles (384-322 a.C.) – que o idioma grego avançou a ponto de tornar possível abordar conceitos abstratos adequadamente pela primeira vez (Fischer, 2006, p. 48).

Quando tratamos dos antigos, é com extrema facilidade que incorremos em anacronismos e atopologismos, isto é, tirando as coisas de seu contexto histórico e de seu lugar, de seu espaço geográfico/cultural. Acima mesmo dissemos que os gregos recebem a “matemática” egípcia, levando-a a outra dimensão, a saber, ao nível não utilitário, abstrato, e puramente epistêmico de pensamento, característica grega por excelência. Reparem, contudo, o quanto essa ideia é controversa, e o quanto precisa ser melhor explicada para fazer algum sentido. A própria noção de *mathēmatikē*, *μαθηματική*, é grega, e a noção grega epistêmica, não utilitária, de *μαθηματική*, é socrático-platônica. Portanto, pensar que os gregos pré-socráticos aprenderam “matemática” com os egípcios é, de princípio, se colocar diante da questão “O que é Matemática e qual é a sua origem?”

de modo absolutamente inadequado, situando o saber matemático fora de seu tempo e de sua cultura, de seu “espaço”.

Com os egípcios, os gregos só podem ter aprendido um sistema de numeração, formas de contagem e cálculo, procedimentos de medida. No Egito, os gregos aprenderam algo semelhante a uma “ciência aplicada dos números e do cálculo” com utilização astrológica/astronômica e emprego no comércio, nas engenharias e nos demais assuntos práticos do Estado. Mas *μαθηματική*, isto é, a “matemática pura”, como uma ciência, uma *episteme*, tal como a concebemos quando proferimos a palavra, os gregos não aprenderam com ninguém. Eles a desenvolveram¹⁶. É criação sua, assim como o alfabeto fonético, ao qual voltaremos, e a Filosofia.

A matemática, nesse sentido, no sentido epistêmico, é fruto da razão grega, por algumas razões. **Primeiro**, porque, como vimos acima, é entre os gregos, como Pitágoras e Platão, que a ciência dos números e do cálculo e a geometria tornar-se-ão *episteme*, *ἐπιστήμη*, no sentido mais elevado e abstrato. A matemática, tal como a conhecemos, nasce entre os gregos quando deixa de ser uma “técnica” para se tornar uma “ciência”, ou, dizendo de outro modo, quando seu valor deixa de ser prático-utilitário para tornar-se científico-filosófico¹⁷. Nas palavras de Jaeger, os filósofos constituem um tipo absolutamente diverso daquele do “homem prático”:

O que logo se evidencia na figura humana desses primeiros filósofos – que, naturalmente, não deram a si próprios esse nome platônico – é a sua típica atitude espiritual: devotamento incondicional ao conhecimento, estudo e aprofundamento do ser em si mesmo (Jaeger, 2013, p. 194-195).

A matemática nasce entre os gregos por que, pela primeira vez, as artes matemáticas não foram praticadas em nome de interesses práticos e utilitários ou a serviço

¹⁶ Aristóteles na *Metafísica* A, 981b 20 afirma que “as ciências matemáticas nasceram nas vizinhanças do Egito, porque aí a casta sacerdotal podia desfrutar do lazer” (Aristóteles, 2012, p. 43). Platão, no Fedro se utiliza do mito do deus egípcio Thoth para tratar da origem da aritmética, da geometria e da astronomia. Consideramos que tais passagens apontam na direção do que já dissemos: entre os egípcios haviam conhecimentos “matemáticos”. Os gregos absorveram, trabalharam e ressignificaram tais conhecimentos, elaborando aquilo que entendemos, desde então, como “Matemática”.

¹⁷ Conforme Zeller-Mondolfo, citado por Reale: “[...] essas assimilações de elementos e de impulsos culturais [vindos do Oriente] não podem enfraquecer de modo algum o mérito de originalidade do pensamento grego. Ele operou a passagem decisiva da técnica utilitária e do mito à ciência desinteressada e pura; ele afirmou por primeiro sistematicamente as exigências lógicas e as necessidades especulativas da razão: ele é o verdadeiro criador da ciência como sistema lógico e da filosofia como consciência racional e solução dos problemas da realidade universal e da vida.” (Zeller-Mondolfo, I, 1, p. 99, apud, Reale, 2012, p. 18).

de rituais mágicos e religiosos, mas como atividade filosófica, isto é, com a “atitude científica” de quem se devota incondicionalmente à busca da essência, da compreensão dos ser. O **segundo** motivo pelo qual a matemática nasce entre os gregos é que matemática é *μαθηματική* – uma palavra grega! Isso não é trivial. Palavras não são apenas símbolos desprovidos de vida. Elas carregam cultura, historicidade, modos de vida. *Μαθηματική* entre os gregos significava tudo o que podia ser aprendido. Mas é com Platão – nos diálogos, com Sócrates – que uma mudança radical na significação da palavra será operada:

A esses temas [*operações com números, geometria, estereometria, astronomia matemática e harmonia*], Sócrates chama *mathemata*, termo geral para coisas a ser aprendidas. Por causa da influência da *República*, a palavra veio a ser aplicada a esses assuntos de maneira específica, e assim *mathemata* se tornou um termo técnico que se costuma traduzir por “matemática” (Mueller, 2013, p. 202).

Mueller esclarece ainda que a matemática incluía, além de questões de matemática pura, temas que hoje associamos à física, como problemas relacionados à “metrologia”, “óptica”, “mecânica” e astronomia (Mueller, 2013, p. 205). Os estudos linguísticos e arqueológicos amparam as conclusões de Mueller, como podemos depreender das palavras de Reale:

Como podemos observar por um papiro da coleção de Rhind, a matemática egípcia devia consistir prevalentemente na determinação de cálculos aritméticos com finalidades essencialmente práticas (...) Analogamente a geometria tinha principalmente um caráter prático (como se pode deduzir do mesmo papiro de Rhind e de Heródoto) (...) Mas a matemática como teoria geral dos números e a ciência geométrica teoricamente fundada e desenvolvida foram criações dos pitagóricos. (...) o destaque do momento propriamente teórico e a purificação especulativa dos problemas matemáticos-geométricos foram próprios dos gregos (Reale, 2012, p. 16-17).

Vimos que tanto Mueller quanto - antes dele - Reale, apontam para as origens científicas da matemática entre os gregos. Isso se deve ao seu espírito abstrato, teórico e especulativo. Enquanto Mueller situa o nascimento da matemática, tal como a conhecemos, na *Academia* de Platão, sobretudo a partir da influência da *República* e da reunião que ela opera, por meio de Sócrates, de diversas artes quantitativas sob o mesmo termo geral, *mathemata*, Reale dá destaque aos pitagóricos e seu ideal de *bios theoretikós*, uma vida contemplativa e desinteressada de cultivo do conhecimento e busca da verdade fundada sobre o pressuposto metafísico de que “tudo é número”. Com os gregos, muito

além do que uma técnica contábil, um “instrumento” de quantificação, cálculo e medição, a matemática se torna uma forma de filosofar, e, em consequência, de viver. Com Platão, e isso revelar-se-á uma das mais marcantes tradições de sua *Academia*, a matemática passa a designar, pela primeira vez:

- a. O corpo de conhecimento que reúne os saberes quantitativos - até então “dispersos”, relacionados aos números e suas operações, ao cálculo, às medidas (metrologia), geometria, física matemática (astronomia, ótica, dinâmica etc.).
- b. Uma ciência, isto é, uma forma de *ἐπιστήμη*, cujo valor é filosófico, transcendendo a dimensão utilitária. Nas palavras de Platão, na *República* em 525a, por meio da matemática almejamos a “apreensão intelectual da unidade”, voltando nosso espírito “para a contemplação do Ser”¹⁸.

Dizíamos que uma das características dos gregos “é a absorção de elementos culturais externos e a criação, a partir de tal matéria prima, de novas concepções e tecnologias”, e demos o exemplo da matemática. Os gregos aprenderam muitos “conhecimentos matemáticos”, em sentido aberto, com os egípcios. Mas tendo absorvido e trabalhado tais conhecimentos à sua maneira, desenvolveram algo novo, a *μαθηματική*, como expusemos anteriormente. Fizeram o mesmo com a sabedoria de povos estrangeiros, como os próprios egípcios. Aprenderam suas cosmogonias e suas doutrinas, seus mitos e histórias. E o mesmo ocorreu com o alfabeto fenício. “Os gregos se apropriaram do alfabeto fenício”, mas não puderam preservá-lo. O alfabeto fenício não possuía vogais, e por sua vez, havia neles, do ponto de vista da língua grega falada, um excesso de consoantes, isto é, “sons consonantais que não existem na língua grega” (Rovelli, 2013, p. 94.). Assim as consoantes fenícias α, ε, ι, ο, ω foram convertidas em vogais pelos gregos, possibilitando “diversas inflexões vocais da mesma consoante”, como βα, βε, βι, βο. O desenvolvimento “do primeiro alfabeto fonético completo da história da humanidade” (*Idem*), com flexões vocálicas e um número reduzido de

¹⁸ O valor epistêmico da matemática é elevado, tanto na *República* quanto no *Timeu*. O conhecimento matemático nos eleva acima do nível da *doxa*, da opinião, da crença injustificada. Para irmos além do que a matemática é capaz de nos proporcionar, atingindo o âmago do Ser, no entanto, é necessário nos valermos da *Dialética*.

consoantes, provocou entre os séculos VII e VI a.C., uma verdadeira revolução cognitiva e sócio-histórica na Grécia:

Durante os séculos VII e VI a.C. na Grécia, pela primeira vez na história do mundo, a escrita foi simplificada e é acessível a muitos; o saber não é mais patrimônio exclusivo de uma fechada fraternidade de escribas, mas se torna patrimônio compartilhado por uma ampla classe dominante (Rovelli, 2013, p. 97).

O desenvolvimento grego do alfabeto fonético consonantal-vocálico, em que letras simples representam fonemas, formando palavras que sintetizam a relação entre sons articulados claros e símbolos gráficos de fácil compreensão representa na antiguidade algo que, talvez, tenha como análogo somente a invenção da imprensa de Gutenberg para os europeus tantos séculos depois. Porque há fragmentos dos *φυσικός*, os pensadores da *φύσις*, físicos/naturalistas¹⁹, considerados os primeiros filósofos? E por que tais fragmentos não estão em escritas cuneiformes e hieroglíficas? Tampouco em alfabeto fenício, mas em grego? Ora, a Filosofia não nasce entre os gregos como cultura oral! A oralidade pura não é a primeira casa da Filosofia. A Filosofia nasce e circula como cultura escrita, como forma literária, o que depende de um alfabeto, que é, ele próprio, uma invenção grega. A Filosofia nascente entre os jônios é produto peculiar de um alfabeto específico, criado pelos próprios gregos, afim de expressar foneticamente as relações entre as palavras e as coisas.

Não há aqui uma mera “technicalidade” filológica ou etimológica (como se isso fosse “pouco” ou “irrelevante”). Quando falamos da língua de um povo, de seu alfabeto, e de suas tradições literárias, falamos de seu *logos*, de seu espírito, de uma dimensão profunda de seu modo de ser, do modo como esse povo constrói e estrutura sua cosmovisão, atribui significado às coisas, expressa seus anseios e organiza suas práticas. Desvincular a origem da Filosofia do mundo linguístico, conceitual, fonético e literário em que as primeiras reflexões “*Peri Physeos*”, isto é, “Sobre a Natureza” dos jônios foram elaboradas é não somente anacronismo e atopologismo, é uma espécie de amputação contextual que só a irracionalidade ideológica de um revisionismo histórico pode motivar.

¹⁹ “φυσικά, substantivação de φυσικός (...) τὰ φυσικά; φύσις, natureza, em geral o que se tem e está diante, o que é e está simplesmente sendo, o que surge e desaparece sem o concurso da ação e influência do homem” (Heidegger, 2012, p. 36).

3. *Peri Physeos*: Os primeiros filósofos como *φυσικός* e as características peculiares da filosofia antiga

Quando Tales diz: “Tudo é água”, o homem estremece e se ergue do tatear e rastejar vermiformes das ciências isoladas, pressente a solução última das coisas e vence, com esse pressentimento, o acanhamento dos graus inferiores do conhecimento.

Friedrich Nietzsche²⁰

Na *Metafísica* em B4, 1001a 10, e em outras passagens, Aristóteles chama os primeiros filósofos de *περί φύσεως*, os investigadores da natureza, ou, conforme A.A. Long, *physikoí* ou *physiológoi* (Long, 2008, p. 49). Reale (2002, p. 117) traduz a expressão como “naturalistas” ao passo que Edson Bini opta por “físicos”, mas em nota diz “ou melhor, os filósofos da natureza” (2012, p. 97). A primeira filosofia surge como *Física*, isto é, uma reflexão racional, crítica, naturalizada e desmistificada, acerca da natureza – *Physis*. Portanto, repetindo Bergson em seu *Curso de Filosofia Grega*, “esses primeiros filósofos foram físicos, *φυσικοί*, pois é o mundo material que atrai primeiro o [seu] olhar” (Bergson, 2005, p. 83). A rotulagem dos *physikós*²¹ como “pré-socráticos” gera equívocos e confusões, decorrentes não só de seu anacronismo, mas de sua falta de sutileza conceitual. Por isso A. A. Long (2008, p. 49) diz que “O rótulo ‘pré-socrático’ é ainda enganador por seu caráter geral”. Para Long, além de “vago”, ele sugere uma falsa unidade entre os pensadores anteriores – e alguns contemporâneos – a Sócrates. Laks expõe com muita clareza o anacronismo do termo: “Aqueles que nós nomeamos como Pré-Socráticos não se concebiam como tais, por uma razão ainda mais radical segundo a qual os neoplatônicos não se consideravam tampouco neoplatônicos: Sócrates não era para eles uma referência, no máximo um irmão caçula, ou mesmo um contemporâneo”²²(Laks, 2013, p. 11).

²⁰ Nietzsche, 1973, p. 18.

²¹ Ao nos referirmos aos *physikoí* ou *physiológoi*, escreveremos *physikós*, acompanhando Heidegger (2012) e Peters em seu *Greek Philosophical Terms: A Historical Lexicon*: “*Physikós*: student of physis (q.v.), natural philosopher” (Peters, 1967, p. 158).

²² A história de manual da Filosofia não diz, esquematicamente, que antes de Sócrates os *physikós* investigavam somente a natureza, e só com Sócrates a Filosofia ocupar-se-á de outras questões, sobretudo “do homem”. Popper, em *O Mundo de Parmênides*, mostra que *physikós* como Xenófanes já se ocupavam de questões múltiplas, como de física, “metafísica”, teologia e teoria do conhecimento (Popper, 2014, p. 53). McKirahan (2013, p. 134) também considera que “Xenófanes é o pai da epistemologia”. Mondolfo, em *O Pensamento Antigo* trata de acrescentar componentes ainda mais complexos a discussão quando enfatiza que os primeiros filósofos não poderiam estar ocupados somente do mundo natural na medida em que para eles o mundo natural e o mundo humano social eram imbricados: “Mas os conceitos diretos e sistemáticos das primeiras concepções naturalistas, tomados do mundo humano e social, demonstram, evidentemente, que o problema da natureza se acha associado aos relativos à vida e às criações do homem

A investigação da natureza, *Physis*, e da origem do universo, *Kosmos*, aos moldes jônios representa uma inestimável inovação intelectual. Em *Os princípios da cosmologia*, Keimpe Algra pontua que “os milésios introduzem um modo de explicar o mundo físico que era novo em importantes aspectos” (Algra, 2008, p. 110). Essa novidade se dá em “uma cultura cujo universo sempre abundara de deuses”, por isso, quando os primeiros físicos começam a filosofar sobre a natureza, em um primeiro momento, não fica exatamente claro o que é próprio da filosofia, isto é, o que é característico, peculiar, original e originário dela, e o que, por sua vez, é poesia e teologia (Broadie, 2008, p. 271). Todas as culturas antigas olhavam para a natureza e elaboraram *mythos* e explicações. O que exatamente distingue a *Física* dos jônios? Para Lesher, se aceitarmos a caracterização aristotélica, de acordo com a qual “Tales foi o primeiro de uma série de investigadores que procuraram dar conta de todos os fenômenos naturais referindo-os a uma substância ou princípio material básico”, então teremos que aceitar que os jônios “assumem que as causas e os princípios básicos da natureza são acessíveis às descobertas humanas” (Lesher, 2008, p. 295).

Essa é parte da novidade introduzida pelos milésios, segundo Algra. Nessa simples formulação encontram-se ao menos dois dos pressupostos do pensamento filosófico grego nascente: naturalismo e racionalismo! Essa “naturalização” da realidade ocorre quando os jônios, paulatinamente, substituem os deuses por princípios abstratos de ordenamento do real. Nas palavras de Vernant:

Os milésios não deixam nenhum ser sobrenatural intervir em seus esquemas explicativos. Com eles, em sua positividade, a natureza invadiu todo o campo do real; nada existe, nada se produziu e nunca se produzirá que não encontre na *physis*, tal como podemos observá-la a cada dia, seu fundamento e sua razão. (Vernant, 1990, p. 479)

O naturalismo não nega a existência dos deuses. Ele sequer entra nessa disputa teológica. Tudo o que o naturalista precisa é advogar que o *mythos* é alegórico, e não explicativo. Pode mesmo haver deuses em todas as coisas, como anunciou Tales, mas não

e da sociedade. Platão já notava (Sofista, 242 c) que também os filósofos naturalistas se referem a uma espécie de mitos, falando de guerras, núpcias e gerações entre os elementos (...) Porém, mais importante ainda é o fato de que mesmo o conceito de *Cosmos* deriva do mundo humano (ordem da dança, do adorno pessoal, do exército e do Estado) e dele também emana o conceito de lei, sem o qual não se constituiria a ideia da natureza como totalidade orgânica”. Assim, para Mondolfo, os *physikós* realizam uma “projeção da polis no universo” (Mondolfo, 1971, p. 33). No geral, embora o mundo humano não fosse o objeto dos *physikós*, seria um equívoco pensar que os mesmos eram alheios aos assuntos da *polis*.

é por isso que *physis* é como é, não é por isso que há o sol e a lua, que as estações do ano se sucedem, que o bordo enrubesce no outono e alguns pássaros migram no inverno. A filosofia nascente não era contrária à religião, mas seu florescimento dependia da substituição das narrativas religiosas por explicações naturais, racionais e abertas ao debate:

A partir desse ponto de vista devemos encarar a história da filosofia grega como o processo de racionalização progressiva da concepção religiosa do mundo implícita nos mitos. Se o representarmos por uma série de círculos concêntricos, a partir da exterioridade da periferia para a interioridade do centro, veremos que o processo pelo qual o pensamento racional toma posse do mundo se realiza na forma de uma penetração progressiva que vai das esferas exteriores para as mais profundas e interiores, até chegar, com Sócrates e Platão, ao centro, quer dizer, à alma (Jaeger, 2013, p. 192).

O que ocorre na *physis*, deve encontrar sua explicação na própria *physis*. Vernant e Jaeger nos lembram desse pressuposto jônico. Para Leshner as investigações desses “filósofos-cientistas” representam “o início de uma tradição de racionalidade crítica no Ocidente” (*Idem*). Para demarcar as diferenças entre os poetas, os teólogos e os primeiros filósofos, poderíamos dizer que os poetas escreviam em verso, ao passo que os primeiros filósofos, a contar de Anaximandro, escreviam em prosa (Most, 2008, p. 413). Tal demarcação seria imprecisa e simplória, ignorando o fato de que as relações entre poesia, *mythos* e filosofia são mais imbricadas e complexas, e suas diferenças e sobreposições não são apenas formais e estilísticas.

Glenn W. Most enumera cinco características que de algum modo se originam na poesia grega arcaica e que permanecem importantes para os primeiros filósofos: (1) A identificação da Filosofia com um “discurso veraz”, isto é, como um *logos* que transcende a retórica e não se pretende apenas persuasivo, mas “verdadeiro”. (2) As “verdades” comunicadas por esse “discurso veraz” não são triviais ou pontuais, mas constituem os fatos mais importantes, “aqueles que fazem do mundo o que ele é”. (3) A busca pela máxima síntese explicativa possível, reduzindo as causas dos fenômenos ao mínimo possível e utilizando tais causas para explicar o máximo possível de efeitos. (4) A elaboração de imagens explicativas dinâmicas do mundo ao invés da formulação de quadros estáticos. (5) A produção de um discurso geral sobre a natureza, desprovido do máximo rigor argumentativo (Most, 2008, p. 425-433). A Filosofia não rompe abruptamente com a Poesia, o *Mythos*, e suas pretensões teológicas, mas preserva e leva adiante alguns de seus traços arcaicos.

Se Most aponta cinco sobreposições entre Poesia e Filosofia, Lesher, como vimos, destaca duas características próprias do pensamento filosófico. Vimos que são (a) naturalismo – a natureza é como é em seu ininterrupto vir-a-ser (o devir próprio da *Physis*) a partir de princípios, e não por conta da ação arbitrária dos deuses ou de forças sobrenaturais – e (b) racionalismo – a natureza pode ser explicada! A razão pode compreender por que as coisas são como são, como se originam e do que são feitas. Muitos foram pela mesma linha explicativa e apontaram essas duas marcas como distinções exclusivas que representam a radicalidade da novidade que o pensamento grego representou na Jônia do século VI a.C. Em *A Natureza e os Gregos*, Schrödinger enumera as “características especiais” do pensamento filosófico milésio. Acompanhando Burnet, Schrödinger defende que “a ciência é uma invenção dos gregos; que a ciência nunca existiu exceto no seio de povos que estiveram sobre a influência dos gregos”. Russell é tão categórico quanto Burnet e Schrödinger: “Num sentido formal, toda a filosofia ocidental é filosofia grega e é inútil nos entregarmos ao pensamento filosófico se cortarmos os vínculos que nos ligam aos grandes pensadores do passado” (Russell, 2017, p. 7). A grande questão é “por que?”. Ou seja, esse dado assombroso deve nos levar a perguntar: “Quais são os traços peculiares e especiais da mundivisão científica?” (Schrödinger, 1996, p. 85).

Devemos aqui nos lembrar que por “Nascimento da Ciência” e “Origem da Filosofia”, Schrödinger entende a mesma coisa. Tales, por ser o primeiro filósofo, é o primeiro cientista do mundo (Schrödinger, 1996, p. 58). Nesse sentido, a visão de Schrödinger e a de Russel em *História do Pensamento Ocidental* coincidem. Para Russell “A filosofia e a ciência começam com Tales de Mileto, no início do século VI a.C.”. Para Russell, a filosofia e a ciência, que “são invenções gregas” começam “quando alguém faz uma pergunta de caráter geral” (Russell, 2017, p. 13). Dentre as “características especiais”, que são os “traços peculiares” do pensamento científico, Schrödinger destaca (a) “a hipótese de que a imagem da *Natureza* pode ser compreendida” – o que chamamos de racionalismo aqui, (b) a objetificação do real, isto é, a exclusão do sujeito do conhecimento dessa imagem da Natureza (Schrödinger, 1996, p. 85-87). Em “Mente e Matéria”, Schrödinger considera que existem dois pressupostos que “o cientista” deve assumir. O primeiro é que “a natureza pode ser compreendida”. “E vem da Escola de Milésia, dos *physiologoi*”. O segundo, que também teria sido desenvolvido pelos filósofos naturais, seria o “princípio de objetificação”, a “exclusão do Sujeito Cognoscente do domínio da natureza” (Schrödinger, 1997, p. 132).

Schrödinger enumera alguns dos passos decisivos que os gregos deram no processo de gestação e amadurecimento do pensamento filosófico. Primeiro, “tiveram a ideia grandiosa” de que “o mundo à sua volta era algo que podia ser compreendido” e então, dando vazão à sua profunda curiosidade espiritual (desejo de saber/*philia* pelo conhecimento, ou, ainda, “paixão por compreensão”), “encararam o mundo como um mecanismo bastante complicado, que agia de acordo com leis inatas e eternas, e que eles tinham curiosidade em descobrir”. Em seguida, os jônios reconheceram que “toda a matéria que compõe o mundo tem, em toda a sua infinita variedade e apesar de tudo, tanto em comum que deve ser, intrinsecamente, o mesmo elemento (Schrödinger, 1996, p. 58-59). Esses dois primeiros passos decisivos, a ideia da compreensibilidade do mundo e da unidade da matéria (a explicação da constituição de todos os corpos por meio de uma substância única e simples) remontam a Tales, e o terceiro seria dado por Anaxímenes que “não incorreu em fantasias abstratas e mostrou-se antes impaciente por aplicar a sua teoria a fatos concretos (questões meteorológicas, por exemplo) (Schrödinger, 1996, p. 60-61). Os passos listados por Schrödinger coincidem com os apontados por Leshner. Racionalismo e naturalismo. Em Schrödinger parece haver um elemento a mais em destaque: a característica sintética da razão, isto é, a busca por unidade e síntese, reduzindo inúmeros eventos e efeitos a causas únicas. Em *Anaximandro de Mileto* o cosmólogo italiano Carlo Rovelli considera Anaximandro o primeiro cientista da história – discordando de Schrödinger nesse ponto específico – porque Anaximandro teria sido o primeiro a discordar aberta e publicamente de seu antecessor:

Anaximandro, por sua vez, faz algo profundamente novo: mergulha profundamente na problemática do mestre Tales, tornando melhores suas intuições, o modo mesmo de pensar, as conquistas intelectuais. Mas critica frontalmente as afirmações do mestre. Põe em discussão a fundo o ensino de Tales (Rovelli, 2013, 84-85).

Desta forma, Rovelli lança luz sobre outra das características especiais ou das “peculiaridades” do pensamento filosófico nascente: O debate, o dissenso, ou, dizendo de outro modo, o pensamento crítico. Não há Filosofia onde não existe a possibilidade do debate, da argumentação, da crítica. O maior feito epistemológico de Anaximandro foi ter dito que “Tales tinha se enganado” (Rovelli, 2013, p. 125). Não é Filosofia todo e qualquer discurso oficial, sagrado, infalível, de natureza divina, dogmática, inerrante. A Filosofia não é palaciana, não é feita como édito de ordens, a ser transmitido dos

poderosos para a *polis*, sob o signo do Imperador, do Faraó, do Sacerdote, do Profeta. A Filosofia nasce na *Polis*, na *Ágora*, no espaço público – é, ela própria, *res publica* – é *logos* que pode e deve ser contraditado, é discurso racional que se funda no debate e avança pelo dissenso. Nas palavras de Vernant:

É pela discussão e pela controvérsia, pela necessidade de responder aos argumentos dos adversários, que a filosofia se constitui como uma disciplina intelectual específica. Mesmo quando não polemiza, o filósofo reflete em função dos problemas postos pelos seus predecessores e contemporâneos, pensa em relação a eles. O pensamento moral toma a forma racional do dia em que Sócrates discute publicamente na ágora com todos os atenienses acerca do que são a coragem, a justiça, a piedade etc. (Vernant, 1990, p. 461).

Assim, não é qualquer clima cultural, qualquer conformação política, qualquer momento histórico e arranjo político-institucional que permite a reunião das condições necessárias para a emergência do pensamento filosófico. Para compreender a origem de uma tradição intelectual, é preciso entender o mundo, a cultura – o espírito do tempo – em que ela surgiu.

Para nós, ao contrário, os grandes filósofos teóricos da natureza e seus sistemas não podem ser tratados isoladamente na sua conexão com a história dos problemas. Devemos antes julgá-los como grandes manifestações do espírito do tempo e encarar o que há de fundamental e inovador na sua atitude espiritual e a significação que ela tem para o desenvolvimento posterior da forma essencial do homem grego. (Jaeger, 2013, p. 191).

Para Rovelli, “a base cultural do nascimento da ciência é, portanto, a mesma sobre a qual se apoia o nascimento da democracia: a descoberta da eficácia da crítica e do diálogo entre iguais”²³ (Rovelli, 2013, p. 99). De acordo com Schrödinger, isso não seria possível sem a confluência de três fatores no mundo jônico. Primeiro, Mileto não era um

²³ Aqui vale a pena meditarmos mais demoradamente sobre uma longa citação de Vernant: “Deve-se sublinhar, a esse respeito, as afinidades entre um homem como Tales e o seu contemporâneo de Atenas, o poeta e legislador Sólon. Ambos figuram entre os Sete Sábios, que encarnam, aos olhos dos gregos, a primeira espécie de *sophía* que surgira entre os homens: sabedoria toda penetrada de reflexão moral e de preocupações políticas. **Essa sabedoria tende a definir os fundamentos de uma nova ordem humana, que substituiria, por uma lei escrita, pública, comum, igual para todos, o poder absoluto do monarca ou as prerrogativas de uma pequena minoria.** Assim, de Sólon a Clístenes, a cidade adquire, no decorrer do século VI, a forma de um cosmo circular, **centrado na ágora**, a praça pública onde, semelhante a todos os outros, cada cidadão, obedecendo e comandando alternadamente, deverá ocupar e ceder todas as posições simétricas que compõem o espaço cívico, seguindo sucessivamente a ordem do tempo. Essa é a imagem de um mundo social regulamentado pela isonomia, a igualdade em relação à lei, que encontramos, em Anaximandro, projetada no universo físico. As antigas teogonias estavam integradas aos mitos de soberania enraizados nos rituais de realeza” (Vernant. 1990, p. 480, grifo nossos).

“Império” com um soberano divinizado, todo poderoso, detentor da palavra final e hostil ao livre pensamento. A complexa política milésia permitia aos “cidadãos livres” – os homens gregos – a liberdade de pensamento por meio da argumentação pública. Em segundo lugar, os jônios “constituíam um povo marítimo que se interpunha entre o Oriente e o Ocidente” com intercâmbio cultural, “cosmopolitismo”, pluralismo religioso, desenvolvimento técnico (comércio, indústria naval, agricultura, artesanato etc.). O terceiro fator é que a população milésia “não era dominada por sacerdotes. Não havia, como no Egito e na Babilônia, uma casta de sacerdotes hereditariamente privilegiados” (Schrödinger, 1996, p. 57).

Esse elemento foi também destacado por Gomperz, de acordo com o qual foi fundamental “para o progresso do livre pensamento entre os gregos que eles não possuísem uma classe sacerdotal como outras civilizações” (Gomperz, 1901 p. 43). Para Zeller, enquanto entre os orientais o conhecimento era um “monopólio da classe sacerdotal”, entre os gregos ele vicejava de modo totalmente independente, pois estes eram “completamente desprovidos de instituições e hierarquias clericais” (Zeller, 1890, p. 21). A posição “geopolítica” de Mileto também é destacada por inúmeros autores, dentre os quais Maria Michela Sassi em *Os inícios da filosofia na Grécia*:

A atividade comercial de Mileto, cidade portuária sitiada na costa da Jônia e agitadíssima ponte entre Oriente e Ocidente, é, naquele momento, particularmente próspera e intensa (...). Não por acaso Mileto será, no século VI a.C., também pátria de Anaximandro e Anaxímenes, (que com Tales, formam a renomada tríade dos “cientistas jônicos”) (Sassi, 2025, p. 32).

A falta de um poder político central, de natureza autoritária, imperialista e absolutista, e a conseqüente falta de uma classe sacerdotal organizada, como braço sagrado do poder político, bem como a configuração (geo)política e econômica da Jônia, na interseção entre o mundo ocidental e oriental, onde o livre comércio de ideias era possível, foi fundamental para o exercício do diálogo, da crítica e do debate, constitutivos da Filosofia. Para McKirahan as razões que possibilitaram a emergência da Filosofia na Jônia incluem (a) a relativa liberdade de pensamento, (b) o cultivo do pensamento especulativo, (c) a liberdade de expressão em face da ausência de um poder político e clerical central, (d) uma acumulação de riqueza que permitiu o ócio, isto é, o tempo livre para a dedicação à especulação, (e) a alfabetização de parte considerável da população (da aristocracia, que tinha que discutir as decisões políticas da *polis*), e (f) a abertura de

espírito e o intercâmbio cultural com outros povos (McKirahan, 2013, p. 60). Vernant destaca que sem essa cultura do diálogo, não poderia haver pensamento filosófico:

Pelo livre diálogo, do debate argumentado ou do enunciado didático, o mistério se transmuta em um saber cuja vocação é ser universalmente compartilhado. O ser autêntico ao qual se liga o filósofo aparece assim como o contrário, tanto quanto herdeiro, do sobrenatural mítico; o objeto do *lógos* é a própria racionalidade, a ordem que preside à dedução, o princípio de identidade da qual todo conhecimento verdadeiro tira a sua legitimidade. Entre os físicos de Mileto, a nova exigência de positividade imediatamente era levada ao absoluto no conceito de *physis*; em Parmênides e seus sucessores eleatas, a nova exigência de inteligibilidade é levada ao absoluto no conceito do ser, uno, imutável, idêntico. Entre essas duas exigências que, de uma certa forma, se conjugam e, de uma certa forma, se combatem, mas que ambas marcam igualmente uma ruptura decisiva com o mito, o pensamento racional engaja-se, sistema após sistema, em uma dialética cujo movimento gera a história da filosofia grega (Vernant, 1990, p. 484).

O nascimento da Filosofia não ocorreu como em um *fiat lux*, em que “de repente”, Tales começou a Filosofar. Trata-se de um longo e complexo processo de natureza histórica e social, em que uma miríade de fatores se reforçaram mutuamente, preparando o terreno para os jônios. Foi preciso que os gregos desenvolvessem o alfabeto fonético vocálico a partir da herança fenícia, para que ideias circulassem com rapidez e intensidade até então desconhecidas. Foi preciso que os milésios tivessem uma política complexa, sem soberanos sagrados, Faraós e imperadores, e que Mileto fosse um centro econômico, comercial, congregando muitos povos em um espaço de diálogo comum²⁴. Foi preciso, nas palavras de Vernant, a possibilidade do “livre diálogo”, ou, para falarmos com Durkheim, foi necessário que o “livre diálogo” fosse um “fato social”, para que o pensamento filosófico experimentasse sua aurora.

Vemos que a Filosofia não deve ser confundida com outras tradições intelectuais porque possui determinadas notas características, algo que lhe é peculiar, distintivo original, como, de certo modo, é o caso de cada tradição espiritual, que, por isso mesmo, deve ser apreciada em seus próprios termos. Muitas falsas analogias ou semelhanças entre tradições ou escolas de pensamento se devem ao fato de que temos a tendência a

²⁴ Nas palavras de Ohlweiler (1990, p. 44): “As cidades da Ásia Menor, sobretudo as da Jônia, que tinham contato com o Oriente, se beneficiavam das culturas egípcia, babilônia e assíria. O alfabeto jônio, tomado aos fenícios e ainda aperfeiçoado, era usado em toda a Grécia. Na Jônia é onde provavelmente foram compostos a partir de antigas canções os poemas homéricos, transmitidos depois à metrópole e às colônias do Oeste. E, por fim, foi na Jônia e na Eólia que nasceram a poesia lírica, os germes da ciência e da filosofia grega”.

acomodar ou encaixar culturas diferentes em nossos quadros referenciais, ou, dizendo de outro modo, interpretar tais culturas a partir de nossas lentes conceituais. Reale chama isso de “ilusões de ótica”:

Muitos estudiosos que pretendem destacar coincidências entre a sabedoria oriental e a filosofia grega, mesmo sem dar-se perfeitamente conta, são vítimas de ilusões óticas à medida que, de um lado, entendem as doutrinas orientais em função de categorias ocidentais, e, de outro, colocarem as doutrinas gregas com tintas orientais, de modo que as correspondências são, em última análise, pouco ou nada dignas de fé. (Reale, 2012, p. 16).

O chamado “afrocentrismo”, que advoga, de um modo geral, que a Filosofia teve origem no Egito ou em alguma outra parte do continente (Bussotti; Nhaueleque, 2018) pode ser compreendido como uma forma de neo-orientalismo. O orientalismo, contudo, como já tivemos oportunidade de ver, foi seguramente superado entre o século XIX e o XX. Mondolfo atribui a tentativa de “derivação da Ciência e da Filosofia gregas da oriental” ao “helenismo tardio e alguns orientalistas modernos”, destacando o quanto tal perspectiva foi superada: “(...) a crítica histórica do século XIX objetou que a cultura oriental não podia dar aos gregos aquilo que ela própria não tinha, isto é, o espírito científico e o processo lógico da pesquisa” (Mondolfo, 1971, p. 10).

Esse “espírito científico” dado a especulações, ao pensamento abstrato, a criação conceitual, coligado a uma autêntica “atitude crítica”, de exame dos fundamentos de nossas próprias crenças sobre o mundo, fazem parte daquilo que é característico²⁵, peculiar, distintivo da Filosofia e que poderíamos chamar de *θεωρία*²⁶. O nascimento da Filosofia é a emergência da *Theoria*, e, portanto, da vida teórica. O que aqui entendemos por *θεωρία*, no sentido de Simone Weil (Weil, 2005) é o um conjunto formado tanto (a) pelo desejo de compreender a totalidade da realidade, bem como a natureza última do real, de maneira desinteressada, isto é, movido tão somente por amor ao saber, ou pelo que chamaremos de *vontade de verdade*, quanto (b) pelos quadros explicativos da totalidade e da natureza última (dos fundamentos) da realidade. Esses quadros explicativos (visões de mundo, narrativas, *mythos* alegóricos ou “modelos”) se destacam

²⁵ Turner (1929), nesse mesmo sentido, considerará que a Filosofia surge de um “espírito propriamente helênico”.

²⁶ “Sem nenhuma pretensão de descrições exaustivas, a *θεωρία* pode ser tomada como uma atitude contemplativa. Na verdade, o que está em jogo nesse modelo é a possibilidade de se ver o que é, quer dizer, de encontrar o contentamento na visão do que é perfeitamente bom em si mesmo, do cosmos ordenado e belo” (Silva; Castelo Branco, 2024, p. 292).

por seu naturalismo, racionalismo e criticismo. Isto é, buscam descrever a natureza a partir de princípios, leis e causas naturais, compreensíveis e comunicáveis racionalmente, passíveis de crítica, ou seja, de debate, revisão e até mesmo refutação. A Filosofia nasce como *θεωρία*. Mas *Theoria* não é algo apartado da prática. Antes, é seu oposto, é uma forma de vida:

(...) os filósofos se aplicam à ‘teoria’, observando por observar, sem ser guiados por nenhum motivo que não seja a satisfação que essa observação lhes proporciona. A analogia é célebre: do mesmo modo que uma prova esportiva reúne, além dos atletas que lutam pela glória e dos mercadores e clientes atraídos pelo comércio, os espectadores que vieram admirar a competição, existe também, nesta vida, além dos ambiciosos e dos negociantes, o pequeno grupo daqueles que ‘tomando todo o resto por nada, examinam cuidadosamente a natureza das coisas’: são eles os puros ‘teóricos’ aos quais chamam filósofos. (Laks, 2013, p. 26).

Os filósofos são teóricos, que cultivam o espírito científico. É esse “espírito científico” (Mondolfo, 1971) dos primeiros *physikós* que Reale chama de “uma nova forma de expressão espiritual” própria dos gregos. Em nossa concepção, essas são, portanto, as marcas distintivas da novidade radical, do “rasgo inicial” do pensamento grego:

1. A origem de uma vida espiritual fundamentada na *θεωρία* – isto é, da cosmovisão teórica. O que compreende:
 - (a) A busca da verdade como forma de vida, o desejo de conhecimento desinteressado, sobretudo de conhecimento do princípio (*archê*) que organiza a totalidade da natureza (*physis*).
 - (b) A “criação do cosmos”, isto é, a tentativa de conceber a totalidade ordenada do universo em bases racionais e naturais.
 - (b) O cultivo do pensamento abstrato e da livre especulação.
 - (c) A liberdade e engenhosidade para formulação de problemas, de questões fundamentais, para a criação de conceitos e conjecturas, bem como a elaboração de quadros explicativos da realidade.
 - (d) O exercício de uma atitude crítica, de uma cultura de debates e dissensos, de modo que todo quadro explicativo proposto poderia ser posto em discussão e substituído por outro que se revelasse mais satisfatório.

(e) A busca pela unidade da natureza, isto é, redução dos fenômenos e efeitos múltiplos, variados e sensíveis, a causas únicas, simples e inteligíveis²⁷, o que pressupõe a busca pelo real em contraste com o aparente, a tentativa de compreender a natureza última da realidade para além dos fenômenos sensíveis.

2. A assunção de determinados pressupostos basilares, a saber:

- (a) ordenamento e regularidade da natureza, e, conseqüentemente:
- (b) sua compreensibilidade.

É impossível compreender a filosofia nascente sem entender a sutileza, a peculiaridade, a extensão e a profundidade de conceitos como *arché*, *physis*, *episteme*, *logos*, *cosmos*. Não são “apenas palavras”. Primeiro, porque não existem “apenas palavras”, como se elas fossem meros símbolos “sonográficos” desprovidos de vida espiritual, historicidade etc. Não à toa o Fausto de Goethe repete o prólogo de João 1.1: “*ἀρχὴ ἦν ὁ λόγος*”. No (o) início (*ἀρχή*) era (é) a palavra (*λόγος*). Se o filósofo começa por banalizar a palavra, termina por matar o conceito, e inviabilizar a própria Filosofia. Cada um desses conceitos está impregnado de particularidades, nuances, sutilezas, das formas de pensar e viver de um povo. Palavras não são neutras, nem rasas. Possuem “carga” histórica, cultural, sociológica. É sempre muito simplório dizer que “palavras não importam”, mas sim o que elas significam, pois o que uma palavra significa está contido nela mesmo, em muitas camadas de sentido, construídas por seu uso, em uma determinada cultura, ao longo da história. A palavra “Filosofia” é densa. Sua profundidade é grande. Ela tem a nos dizer sobre a história espiritual, a organização social, o mundo simbólico, daqueles que a inventaram: os gregos.

Além disso, para compreender o que é Filosofia no contexto de sua origem, será fundamental entender o que é *arché*, *physis*, *logos* e *cosmos*, por exemplo. Traduzir esses

²⁷ O nascimento da filosofia como desenvolvimento da *θεωρία*, tal como listamos entre (a) e (f) nos parece ter sido magistralmente descrito por Nietzsche: “A filosofia grega parece começar com uma ideia absurda, com a proposição: a água é a origem e a matriz de todas as coisas. Será mesmo necessário deter-nos nela e levá-la a sério? Sim, e por três razões: em primeiro lugar, porque essa proposição enuncia algo sobre a origem das coisas; em segundo lugar, porque faz sem imagem e fabulação; e enfim, em terceiro lugar, porque nela, embora apenas em estado de crisálida, está contido o pensamento: ‘Tudo é um’. A razão citada em primeiro lugar deixa Tales ainda em comunidade com os religiosos e supersticiosos, a segunda o tira dessa sociedade e no-lo mostra como investigador da natureza, mas, em virtude da terceira, Tales se torna o primeiro filósofo grego” (Nietzsche, 1999, p. 43). Antes de Nietzsche, Hegel havia ido na mesma direção: “A proposição de Tales de que a água é o absoluto ou, como diziam os antigos, o princípio, é filosófica; com ela, a Filosofia começa, porque através dela chega à consequência de que o um é a essência, o verdadeiro, o único que é em si e para si” (Hegel, 1973, p. 15).

termos por “princípio ou origem”, “natureza”, “discurso racional ou palavra”, e “universo” é uma, dentre uma miríade de possibilidades. A tradução “um por um” é impossível. Principalmente por não serem termos gerais simples, mas conceitos abstratos complexos e muito sutis. No fundo, tais conceitos não possuem “tradução”, *strictu sensu*, e nosso esforço ao vertê-los para nosso idioma deve ser o de comunicar com meticulosidade a amplitude e profundidade filológica, lexical, histórica e filosófica dos termos. São palavras gregas, e é com elas que os gregos filosofavam. Nos primórdios da Filosofia, portanto, filosofar era pensar em grego, de um modo muito peculiar, por meio de conceitos característicos daquele povo.

A própria palavra *φιλοσοφία* é um conceito. Entendê-lo não se reduz à mera atividade etimológica. O sentido da palavra e o modo peculiar de atividade racional por ela designado encontram-se entrelaçados e nos comunicam algo que é próprio do espírito grego: “Os gregos, justamente porque criaram a filosofia, levaram o questionamento à sua completa realidade espiritual, isto é, deram-lhe também palavra e nome: filosofia, *φιλοσοφία*, é a certidão de nascimento na linguagem da essência deste questionamento” (Heidegger, 2012, p. 25).

De modo geral, atribuímos a Pitágoras a cunhagem do termo “Filosofia” (Laks, 2013, p. 26). Nesse caso, alguém, por má fé ou descuido, poderia incorrer no equívoco de dizer que já que a palavra *φιλοσοφία* não existia entre os jônios, o que eles faziam não era Filosofia. Logo, se consideramos que os jônios eram de fato filósofos, mesmo que não fossem nomeados de tal forma, o mesmo deveria valer para os sábios de outras culturas e de épocas anteriores aos milésios.

Tal “argumento” ignora justamente o fato capital de que é justamente em função do tipo de atividade espiritual criada e disseminada pelos jônios, depois pelos eleatas, e assim sucessivamente, que a palavra Filosofia é criada e utilizada pelos pitagóricos. É justamente em nome do tipo de investigação e da forma de vida dos *physikós*, (e não de quaisquer outros sábios e outras culturas e épocas) que se apresentavam como exemplos de verdadeiros “amigos da sabedoria”, que o termo Filosofia ganha vida, sentido e uso. Quando a palavra Filosofia passa a designar a tradição espiritual iniciada pelos *περί φύσεως*, ocorre o casamento perfeito entre a ação e sua nomeação. A palavra – com seu significado etimológico e seu sentido espiritual – é criada para nomear um tipo bastante específico, peculiar e identificável de atividade intelectual, e por isso, nenhum filósofo

grego antigo jamais a utilizou para se referir aos ensinamentos, doutrinas e saberes dos sábios de outros povos.

Recapitulando, dissemos que a Filosofia começa com a origem da noção de *θεωρία* – e, conseqüentemente, da vida teórica e que isso, dentre outras coisas, envolvia o desejo de conhecimento (*episteme/logos*) – sobretudo de conhecimento do princípio (*arché*) que organiza a totalidade da natureza (*physis/cosmos*). Aqui, ao tratarmos de *θεωρία*, colocamos *episteme* (saber, conhecimento, ciência) e *logos* (discurso, discursividade, verbo, palavra) lado a lado, pois esse conhecimento a que pretende o filósofo é de natureza pública e comunicável. Isto é, ao contrário do místico, o filósofo não está em busca de uma experiência transcendental pessoal incomunicável, de uma *gnose* secreta exclusiva para iniciados, mas de um saber, uma “visão”, um entendimento que possa ser compartilhado, de um conhecimento que seja discursivo e público. Ao colocarmos *physis* (natureza, mundo físico, aquilo que *é* em seu *vir-a-ser*) e *cosmos* (universo, todo ordenado, totalidade) lado a lado, sublinhamos o desejo dos *physikós* de conhecer a natureza em sua totalidade ordenada, encontrando a unidade do real, isso é, uma explicação geral para todos os fenômenos, eventos, e corpos da natureza.

4. A atualidade dos *physikós* e a necessidade constante de retornar aos antigos

Tudo é Um
Tales

Na questão sobre a origem da Filosofia, o importante não é saber “onde” a Filosofia surgiu, mas “por que” surgiu “onde” e “quando” surgiu. É por isso que tal questão não é apenas historiográfica e geográfica, mas propriamente filosófica. Entender o “por que” do surgimento da Filosofia, e “como” ela surge, com quais características, perguntar pela natureza da Filosofia, como Sócrates perguntou pela natureza da justiça, do bem, do amor etc., é fundamental para compreendermos em que medida o que fazemos hoje está próximo ou não do espírito filosófico inicial, e qual prêmio recebemos, ou qual preço pagamos por essa distância. Entre nós, a Filosofia tornou-se uma profissão, assim como a Física, a Cosmologia, a Matemática, a Biologia. Dedicar-se à Filosofia é ter uma profissão cuja rotina não é exclusiva, sendo mais ou menos a mesma daquela de outros acadêmicos, isto é, de professores universitários e pesquisadores. O filósofo diletante, não acadêmico, sem titulação acadêmica, quase não há entre nós. Em tese, não é problema algum para a Filosofia (a) profissionalizar-se, (b) especializar-se e (c) institucionalizar-

se. Sem isso ela não poderia ser desenvolvida pelas universidades e estaria relegada à sorte do autodidatismo. O perigo está no fato de que os efeitos colaterais de a), b) e c) tendem a suplantar os benefícios e a arrefecer a radicalidade arcaica, a força primitiva, da filosofia antiga. Conforme Nietzsche, entre os antigos, Filosofia e vida estavam entrelaçados:

Segundo o jovem Nietzsche – brilhante professor de filologia clássica da Universidade de Basileia e iniciante na carreira de filósofo –, a filosofia quando surgiu na Grécia, na época trágica, séculos VI e V a.C., se revelou ‘na sua forma mais pura e mais grandiosa’ (Nietzsche, 1994, p. 83). Aí foram inventados os ‘tipos principais do espírito filosófico, aos quais toda a posteridade nada acrescentou de especial’ (Nietzsche, 1987, p. 20). Conforme o professor, nos ‘filósofos arcaicos’ o pensamento e a vida eram indissociáveis. Não existia separação entre teoria e prática. Eles viviam como pensavam e pensavam como viviam. O pensamento constituía ‘um apoio para a vida e não para o conhecimento erudito, apoio a partir do qual se salta para o alto’ (Nietzsche, 1987, p. 19). (Bulhões, 2013, p. 393).

A primeira contribuição perene e inesgotável dos filósofos originários, para os nossos e para todos os tempos, nos parece, será sempre a de nos fazer lembrar que a filosofia nos convoca a um exercício vocacional extremo: é preciso vivê-la! Não se trata de tornar-se erudito. A erudição, nesse caso, é um meio, e não o próprio fim. O fim está em fazer da própria vida o exemplo máximo dessa busca pelo verdadeiro, o bom, o belo. O fim está em tornar-se expressão de *bios theoretikós*. E qual é a vocação da Filosofia? Do que se ocupa o espírito filosófico? Será a Filosofia um instrumento de análise linguística que deve deter-se minuciosamente sobre as tessituras constituintes de estruturas frasais afim de verificar o sentido de vocábulos, palavras e sentenças? Qual será o objeto e o valor da Filosofia? Deverá ela ser um instrumento de tradução, auxílio e análise do discurso científico em sua ponte com o senso comum? Deverá a Filosofia ser porta-voz de ciências particulares, como a Lógica (ela própria, agora, apartada da própria Filosofia?), a Matemática, a Física? No “Prefácio à Primeira Edição Inglesa” (1959) de *A Lógica da Pesquisa Científica*, Popper combate o reducionismo analítico-linguístico da Filosofia de seu tempo, bem como nega que a Filosofia deve se ocupar da tradução da linguagem científica, ou do esclarecimento e dissolução de falsos problemas da linguagem comum. Popper quer resgatar a radical vitalidade do empreendimento filosófico:

Segundo entendo, toda ciência é Cosmologia e, para mim, o interesse que tem a Filosofia, assim como o que tem a Ciência, reside apenas nas contribuições que elas trazem para a Cosmologia. Tanto a Filosofia como a Ciência perderiam, a meu ver, todo atrativo, se abandonassem esse alvo (Popper, 2013, p. 429).

Popper nos exorta a reassumirmos a tradição dos *physikós* e termos a ousadia espiritual de recolocar o problema cosmológico, a saber, “o problema de compreender o mundo – inclusive nós próprios e nosso conhecimento como parte do mundo (*Idem*). Podemos nos especializar, sem nos tornarmos engessadamente “especialistas”, assim como podemos nos institucionalizar sem nos transformarmos em burocratas. Popper quer uma cura para o constrangimento da Filosofia, para uma Filosofia que tem vergonha de dizer seu nome. Nos disseram que a época da Metafísica, dos grandes sistemas, das grandes narrativas, acabou. Se “Deus está morto”, o filósofo teria, também, desaparecido com ele. Mas Popper quer recuperar justamente aquele “desejo pela totalidade” que marcou os espíritos audazes e sonhadores dos primeiros filósofos. Para ele, “os filósofos não devem ser especialistas”. Devem continuar levantando as grandes questões e buscando a compreensão da totalidade do ser: “Quanto a mim, interesse-me por Ciência e por Filosofia apenas porque desejo aprender algo acerca do enigma do mundo em que vivemos e do enigma do que é o conhecimento do homem acerca desse mundo” (Popper, 2013, p. 435). De onde Popper retira tais ideias? Quais são suas fontes e influências? Ele nos responde isso em um texto de 1958 intitulado “De volta aos pré-socráticos”:

As questões a que os pré-socráticos tentaram responder foram precipuamente questões cosmológicas, mas também haviam questões de teoria do conhecimento. **Creio que a filosofia deve retornar à cosmologia e a uma teoria simples do conhecimento.** Há pelo menos um problema filosófico que interessa a todos os homens: o problema de compreender o mundo em que vivemos e, portanto, a nós mesmos (que somos partes do mundo) e nosso conhecimento acerca dele. Toda ciência é cosmologia, creio eu, e para mim, o interesse da filosofia, assim como da ciência, está apenas em sua ousada tentativa de aumentar o nosso conhecimento do mundo e acrescentar algo à teoria de nosso conhecimento do mundo (Popper, 2014, p. 2, grifo nosso).

O que significa para a Ciência e a Filosofia retornarem à Cosmologia? Certamente não se trata de voltar aos antigos e fazer o que – e como – eles fizeram, mas de recuperar o frescor inicial, o espírito primevo, daquela atitude radical da filosofia nascente, em seu desejo por verdade e totalidade, libertando-nos de todo tecnicismo estéril e especialismo pueril, de todo compromisso prático utilitário e de todo constrangimento e pudor que em

nossa anemia metafísica, tem nos impedido de colocar as grandes questões, enfrentar os maiores e mais profundos problemas e de acreditar que a Filosofia não só pode como deve ser um farol para o mundo, oferecendo-nos uma força de orientação e uma perspectiva espiritual em larga escala.

Acreditamos que o retorno aos antigos, dos *physikós* jônios aos filósofos clássicos, é sempre necessário, e, hoje, pode promover uma reorientação metafísica e axiológica da Filosofia e da Ciência. Em tempos em que a Filosofia caiu em tecnicismos e se assumiu coadjuvante no mundo intelectual, padecendo de anemia normativa e ousadia espiritual, e a Ciência sucumbe cada vez mais, a passos largos, aos interesses utilitários do mundo contemporâneo, subordinando-se à técnica, e esta, à (má) política, uma profunda reflexão sobre a radicalidade do espírito original da Filosofia pode nos fazer confrontar novamente o ideal de *θεωρία*, de *bios theoretikós*, cavando a fundo o problema do valor, da vocação, e da “missão”, isto é, do “dever histórico” da Filosofia e da Ciência. É preciso retornar aos gregos, não para repeti-los, mas para nos re-criarmos e irmos além. Assim, poderemos resgatar, conforme Popper, a dimensão cosmológica da Filosofia e da Ciência, sem a qual ambas se tornam “pétreos esqueletos sem vida”²⁸.

Agradecimento

Os autores agradecem a valiosa colaboração do professor Pedro Uchôa, que leu o manuscrito em primeira mão, e nos ofereceu importantes contribuições.

Referências

AGOSTINI, C. S. *Como ler os pré-socráticos*. São Paulo: Paulus, 2012.

ALGRA, K. *Os princípios da cosmologia*. In: Primórdios da Filosofia Grega. A. A. Long. (Org.). São Paulo: Ideias & Letras, 2017.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012.

²⁸ Aqui reproduzimos a convicção de Schrödinger: “A supressão real da metafísica converte a arte e a ciência em pétreos esqueletos sem vida, incapazes do mínimo progresso” (Schrödinger, 1988, p. 20). Suprimir a metafísica da ciência é desvinculá-la por completo do ideal realista, isto é, da ideia filosófica radical de que a mais elevada forma de vida espiritual é a busca da essência do ser, da natureza última da realidade, da verdade, do bem e do belo. Certamente essa caracterização da vida teórica, da filosofia como forma de vida, e da ciência como forma de filosofia, há de ser ridicularizada em praça pública, chamada de ingênua, de infantil, por todos aqueles que pensam se tratar de grande novidade a afirmação da dimensão histórica, política e social do conhecimento, concebendo o saber científico como um novo Leviatã. A esses respondemos que tal maniqueísmo nos parece quixotesco, como um caso da “falácia do espantalho”. A vida teórica, a busca da verdade, do bem e do belo é um ideal, um princípio normativo, não uma descrição factual. Do ideal, esperamos justamente que nos oriente. Não que fixe onde estamos, mas que aponte para onde devemos ir, em que direção precisamos caminhar, apesar de tudo em contrário.

- BERGSON, H. *Cursos sobre a Filosofia Grega*. Tradução: Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BROADIE, S. *Teologia racional*. In: Primórdios da Filosofia Grega. A. A. Long. (Org.). São Paulo: Ideias & Letras, 2017.
- BULHÕES, F. Nietzsche e o nascimento da filosofia grega. **Princípios: Revista de Filosofia**, Vol. 20, Nº. 33, 2013.
- BURKERT, W. *The Orientalizing Revolution: Near Eastern Influence on Greek Culture in the Early Archaic Age*. Tradução : Margaret E. Pinder e Walter Burkert. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1992.
- BURNET, J. *Early Greek Philosophy*. 4. reprint ed. London: A. & C. Black, 1930.
- BUSSOTTI L, NHAUELEQUE LA. A invenção de uma tradição: as fontes históricas no debate entre afrocentristas e seus críticos. **História** [Internet]. 2018;37
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2010.
- FISCHER, S. *História da Escrita*. São Paulo: Editora EDUSP, 2006.
- GOMPERZ, T. *Greek Thinkers*. London: John Murray, 1901.
- HADOT, P. *O que é a Filosofia Antiga*. São Paulo: Loyola, 1999.
- HADOT, P. *O véu de Ísis*. Tradução: M. Sérvulo. São Paulo: Loyola, 2006.
- HEGEL, G. W. F. Preleções sobre História da Filosofia. In: Os Pensadores. Trad. José Cavalcante de Souza [et al]. São Paulo: Editora Abril, 1974.
- HEIDEGGER, M. *A Sentença de Anaximandro*. In: Os Pensadores. Trad. José Cavalcante de Souza [et al]. São Paulo: Editora Abril, 1974.
- HEIDEGGER, M. *Conferências e Escritos Filosóficos*. Tradução: Ernildo Stein. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.
- HEIDEGGER, M. *Ser e verdade: a questão fundamental da filosofia; da essência da verdade*. Emmanuel Carneiro Leão (Trad.). Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 2012.
- JAEGER, W. *Paideia: A Formação do Homem Grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- LAKS, A. *Os Pré-Socráticos: Uma Nova Abordagem*. Paris: Gallimard, 2013.
- LESHER, J. H. *Os primórdios do interesse pelo conhecimento*. In. Primórdios da Filosofia Grega. A. A. Long. (Org.). São Paulo: Ideias & Letras, 2017.
- LOURENÇO, F. Introdução. In HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- LONG, A. A. *O escopo da filosofia grega em seus primórdios*. In. Primórdios da Filosofia Grega. A. A. Long. (Org.). São Paulo: Ideias & Letras, 2017.
- MALTA, A. *Homero Múltiplo*. São Paulo. EDUSP, 2012.
- McKIRAHEN, R. *A Filosofia antes de Sócrates*. Eduardo Woolf Pereira (Trad.). São Paulo: Paulus, 2013.
- MONDOLFO, R. *O Nascimento da Filosofia entre os Gregos e sua Relação com o Oriente*. Buenos Aires: Losada, 1971.
- MOST, G. W. *A poética da filosofia grega em seus primórdios?* In: Primórdios da Filosofia Grega. A. A. Long. (Org.). São Paulo: Ideias & Letras, 2017.

- MUDIMBE, V. Y. *A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.
- MUDIMBE, V. Y. *A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Fábio Ribeiro, Trad. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2019.
- MUDIMBE, V. Y. *A ideia de África*. Fábio Roberto Lucas, Trad. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2022.
- MUELLER, I. *Método matemático e verdade filosófica* In Platão. São Paulo: Ideias & Letras, 2013.
- NIETZSCHE, F. *A Filosofia na Época Trágica dos Gregos* In Os Pensadores. Trad. José Cavalcante de Souza [et al]. São Paulo: Editora Abril, 1974.
- NIETZSCHE, F. *Sobre a Filosofia na Antiguidade*. Tradução de João Silva. Porto Alegre: L&PM, 1994.
- OHLWEILER, O. A. *A Religião e a Filosofia no mundo Greco-Romano*. Porto Alegre: Mercado Alegre, 1990.
- PLATÃO. *Complete Works*. Edited by John M. Cooper. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1997.
- POPPER, K. *O Mundo de Parmênides: Ensaio sobre o iluminismo pré-socrático*. Trad: Roberto Leão Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- REALE, G. *História da Filosofia Antiga*. São Paulo: Loyola, 2012.
- REALE, G. *Pré-Socráticos e Orfismo*. Tradução: Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- ROVELLI, C. *A Origem do Pensamento Filosófico na Grécia*. Milão: Feltrinelli, 2013.
- RUSSELL, B. *História do Pensamento Ocidental*. Tradução: Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- RYKWERT, J. *A coluna dançante: sobre a ordem na arquitetura grega*. Trad. Maria Cristina Guimarães; Cassia Naser. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- SASSI, M. M. *Os Inícios da Filosofia na Grécia*. Roma: Laterza, 2025.
- SCHRÖDINGER, E. *A Natureza e os gregos seguido de Ciência e Humanismo*. Lisboa: Edições 70, 1996.
- SCHRÖDINGER, E. *O que é vida? O aspecto físico da célula viva seguido de Mente e Matéria e Fragmentos autobiográficos*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- SCHULER, R. *O Centro da Poesia e do Pensamento na Jônia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2018.
- SILVA, V.; CASTELO BRANCO, J. Da física prometeica aos magos modernos: Concepções de ciência em Eric Weil e Pierre Hadot. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, [S. l.], v. 31, n. 65, 2024.
- TURNER, W. *History of Philosophy*. New York: Ginn and Company, 1929.
- VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego*. Tradução: Ísis Borges B. da Fonseca. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego*. Tradução: Ísis Borges B. da Fonseca. 30. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2024.

WEIL, S. *La fuente griega*. Editorial Trotta, 2005.

ZELLER, E. *A history of Greek philosophy from the earliest period to the time of Socrates*. London: Longmans, Green, and Co, 1881.

Contribuição de autoria

Vinicius Carvalho da Silva é doutor em Filosofia da Ciência e Teoria do Conhecimento (UERJ), pós-doutor (IMS-UERJ) e professor da UFMS, onde atua no PPgFil e no PPGECI. É professor do PPGFIL-UFT.

vinicius_c_silva@ufms.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1061-2727>

Redator do documento original

Pedro Henrique Cristaldo da Silva é Licenciado em Filosofia (UFMS), Professor de Filosofia em Campo Grande, MS, e mestrando em Filosofia pelo PPgFil-UFMS.

pedro.h.c.silva@ufms.br

 <https://orcid.org/0000-0003-2647-7096>

Revisor geral, redator das notas de rodapé e de trechos do documento original

Jhonatan Gabriel Santana é teólogo, editor, e licenciando em Filosofia pela FACH-UFMS.

jhonatan.gabriel@ufms.br

 <https://orcid.org/0009-0003-7170-6860>

Diagramador e redator de trechos do documento original

Declaração: *Os autores declaram que não possuem conflitos de interesse concernentes à publicação desse preprint.*

Declaração de disponibilidade de dados de pesquisa: *Os autores declaram que todos os dados da pesquisa são públicos e estão disponíveis nas referências do documento.*

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.